

# Reminiscências Sobre o Boletim Informações Fipe - 2002-2003

ANTONIO CARLOS COELHO CAMPINO (\*)

## 1 A Relevância do BIF

O boletim Informações Fipe sempre teve um papel de extrema importância para os professores e alunos de pós-graduação do Departamento de Economia da FEA. Era, e é, um instrumento muito importante de divulgação de estudos e pesquisas que ainda não estavam em condições de submissão a uma revista científica, mas que os seu(s) autor(es) queria(m) ver debatidos por outros colegas. Também era um instrumento utilizado por colegas que viajavam e, na sua viagem, viam aspectos de natureza econômica, cuja divulgação e debate lhes parecia ser interessante. Igualmente, quando líamos algum artigo em uma revista científica, podíamos trazê-lo ao conhecimento e debate de colegas do Departamento e de outras áreas de interesse em Economia.

A título de exemplo, cito três trabalhos meus publicados no BIF e que se enquadram nessas áreas.

Como exemplo de trabalho de natureza acadêmica cito um artigo publicado no BIF 264, de setembro de 2002, cujos autores fomos eu, a Professora Denise Cavallini Cyrillo, do nosso Departamento, e a Profes-

sora Maria Lucia Lebrão, da Faculdade de Saúde Pública, sobre “Situação de Ocupação e Renda do Idoso em São Paulo”. A fonte dos dados era o projeto SABE - Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento, financiado pela OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde e executado no Município de São Paulo pela Professora Lebrão. Ao publicarmos esse trabalho no BIF esperávamos comentários e sugestões que nos permitissem melhorar nossa contribuição ao livro “O Projeto SABE no Município de São Paulo: uma abordagem inicial”, organizado por Maria Lúcia Lebrão e Yeda A. de Oliveira Duarte. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003, para o qual eu e a Professora Denise redigimos o Capítulo 12 - Situação de Ocupação e Renda.

Recebi em 1986 uma bolsa *fellowship* da W. K. Kellogg Foundation para estudos e trabalhos na área de Economia da Nutrição. Essa *fellowship* era administrada pela Michigan State University e em parte consistia em visitas aos continentes onde se localizavam os países dos 32 fellows. Uma dessas visitas foi à África e o País onde ocorreu o seminário desse ano foi Zimbábue. Escrevi um artigo sobre esse país e, na época, ele havia resolvido o

problema de fixação da mão de obra no campo – isso foi antes da ocorrência de profundos erros de natureza econômica e contra os direitos humanos naquele País.

Outro exemplo ocorreu em 1990, quando li um artigo no *Journal of Economic Literature*. O artigo mostrava que as melhores universidades americanas em seus cursos de graduação em Economia davam ênfase a matérias de Teoria Econômica, Teoria Quantitativa e pouca ênfase a matérias optativas. Com base nesse artigo, escrevi um para o BIF, propondo uma revisão de nossa carga didática e a extinção de várias matérias optativas. Para mostrar meu desejo de contribuir para uma adequação de nossa carga didática, propus a extinção da matéria optativa que lecionava na ocasião, Economia dos Recursos Humanos. Nessa época, estava afastado de nosso Departamento, trabalhando para o escritório da Organização Mundial da Saúde para as Américas, a Organização Pan-Americana da Saúde, em Washington, D.C. A Professora Ana Maria Bianchi escreveu-me informando que o artigo havia provocado grande debate no Departamento. Mas, infelizmente, este decidiu

pela extinção apenas de minha disciplina.

## 2 A Situação Econômica e Política na Época em Que Fui Editor-Chefe

O período em que fui Editor-Chefe foi caracterizado pelo fim do governo Fernando Henrique Cardoso, pelas eleições presidenciais de outubro de 2002, em que os dois candidatos com maior potencial de eleição eram José Serra (PSDB) e José Inácio Lula da Silva (PT) e pelo início da presidência de Lula (01 de Janeiro de 2003).

Os boletins Informações Fipe neste período tinham todos a mesma estrutura. A primeira parte era o Panorama Macroeconômico, que se iniciava com a Carta Fipe, a qual em uma página traçava o panorama macroeconômico vivido no mês e o que se esperava ocorreria no período próximo. Depois havia seções específicas, uma sobre Finanças Públicas, outras sobre Política Monetária, Setor Externo, Agricultura e Nível de Atividade e Emprego.

A segunda parte era constituída por artigos (em geral 4, dependendo do tamanho de cada artigo); os professores Antonio Lanzana e Luiz Martins Lopes com frequência escreviam artigos e o professor Iraci del Nero escrevia uma crônica.

A “carta ao povo brasileiro”, que se diz teria sido redigida por Antonio

Palocci, elaborada antes da posse, foi lida no dia 22 de junho de 2002, durante encontro sobre o programa de governo do PT. Assegurava que em caso de vitória respeitaria os contratos nacionais e internacionais, e serviu para apaziguar os ânimos daqueles que esperavam um governo de tendências marxistas.

Também serviu para melhorar a aceitação de um governo do PT o fato de Lula ter nomeado Henrique Meirelles como presidente do Banco Central do Brasil, dando um forte sinal para o mercado de que não haveria mudanças bruscas na condução da política econômica em seu governo e ter colocado Antonio Palocci como Ministro da Fazenda.

A Carta Fipe de dezembro de 2002, que em todos os meses traça o panorama macroeconômico, nesse mês apresentava as perspectivas para 2003, quando já se sabia que José Serra, candidato do PSDB, havia sido derrotado por José Inácio Lula da Silva. As perspectivas para 2003 eram vistas como trazendo a possibilidade de consolidação dos ajustes necessários à retomada do crescimento.

De acordo com o relatório FOCUS do começo de dezembro de 2002, o crescimento esperado para 2003 era de 2,0%, um pouco mais que o estimado para 2002.

O aumento da inflação nos últimos meses de 2002 era preocupante.

O ano de 2002 deveria encerrar-se com uma taxa acima de 10,0% para o IPCA, indicando que a taxa de juros ainda ficaria elevada em 2003, visando ao controle da inflação (a SELIC passou a 25% em 18 de dezembro de 2002), e limitando o crescimento da economia.

Apesar da pressão da desvalorização cambial dos últimos meses de 2002, parte do aumento da inflação esperada para 2003 devia-se a certa perda de credibilidade da política monetária. E para recuperar essa credibilidade a nova diretoria do Banco Central era fundamental e isso foi conseguido pelo governo Lula com a nomeação de Henrique Meirelles como presidente do Banco Central do Brasil.

O ajuste de nosso setor externo foi outro dado positivo em 2002 e previa-se sua continuidade em 2003, com um déficit em transações correntes de US\$ 6,0 bilhões. Para se ter uma ideia da magnitude desse ajuste externo, esse mesmo déficit foi de US\$ 23,2 bilhões em 2001.

Prevvia-se um superávit primário de 3,75% do PIB em 2003, o que levaria a uma relação dívida/PIB de 59,0%.

Mas, mesmo assim, 2003 foi um ano de muita preocupação dos empresários do setor financeiro e dos responsáveis pela área econômica nas empresas do setor industrial e na agroindústria. A taxa de inflação no começo do governo era de

12,53%. Então, muitos dos temas de política econômica foram endereçados pelos colegas do Departamento de Economia da Faculdade que escreviam no BIF.

A administração Lula também começou a desenvolver alguns programas na área social, iniciando pelo Fome Zero, que foi um assunto bastante discutido no BIF.

É interessante verificar que o BIF sempre se caracterizou por debater os aspectos econômicos e sociais inerentes à sociedade brasileira.

Com a posse do governo Lula em janeiro de 2003, tivemos o lançamento do Programa Fome Zero e todos os artigos apresentados no número de fevereiro de 2003 se dedicavam a este tema. “Fome, Desnutrição e Pobreza: além da semântica”, de Carlos Augusto Monteiro, professor titular do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP; “Como sabemos quem são os pobres e os que têm fome no Brasil”, de André Portela Souza, então professor do Departamento de Economia da FEA/USP, hoje professor titular da FGV/SP; “Projeto Fome Zero”, de minha autoria (eu que, naquela época, era também vice-chefe do Departamento de Economia da FEA/USP); “Fome Zero: outros aspectos a considerar”, de Silvia M. Franciscato Cozzolino, professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP e coordenadora do programa interunidades da USP, o Pronut;

e “Fome Zero e a NBCAL”, de Denise C. Cyrillo, então Professora Doutora do Departamento de Economia da FEA/USP.

Desses artigos quero destacar que o do Prof. Monteiro explicita que “fome, desnutrição e pobreza são problemas de natureza, dimensão e tendências muito distintas no Brasil, comportando soluções com escala, investimentos e conteúdos distintos”. Assim, 27,8% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza definida no projeto Fome Zero, 10,4% da população infantil era desnutrida e apenas de 3% a 4% das crianças e adultos eram emagrecidos, uma medida aproximada da frequência de fome na população. Este último aspecto era importante, o que levou o Professor Monteiro a afirmar em seu artigo que destinar recurso para a distribuição massiva de alimentos “implicaria apenas consumir recursos que poderiam faltar para ações sociais melhor justificadas e mais eficientes.”

O Professor Portela mostra em seu artigo como se procede para medir a quantidade de pobres no País, que não era um processo simples. Hoje o Banco Mundial estima a Linha de Pobreza Internacional (International Poverty Line - IPL) em PPPs e em recente trabalho concluiu que atualizando a IPL de 2011, de US\$1,90 por dia para 2017, considerando o PPP para este ano, daria um IPL de US\$ 2,15 (Jolliffe, Dean Mitchell; Mahler, Daniel Gerszon;

Lakner, Christoph; Atamanov, Aziz; Tetteh Baah, Samuel Kofi. 2022. *Assessing the Impact of the 2017 PPPs on the International Poverty Line and Global Poverty*. Washington, DC: World Bank. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37061> License: CC BY 3.0 IGO.)

Este relatório de pessoas do staff do Banco Mundial afirma que usando um IPL de US\$ 2,15, a taxa global de pobreza extrema em 2017 caiu de 9,3% para 9,1%, reduzindo a contagem de pessoas pobres em 16 milhões.

Afirma o Professor Monteiro que ações que visassem a maior desenvolvimento econômico, melhor distribuição de renda e que levassem à reativação da economia eram consensuais, assim como programas de governo de transferência direta de renda, condicionados a uma contrapartida por parte das famílias beneficiárias. Essas ações combateriam eficazmente a pobreza, mas para diminuir a desnutrição seriam necessários maiores investimentos em educação, saneamento e cuidados básicos de saúde.

Segundo o Professor Monteiro, fome, desnutrição e pobreza são problemas cuja solução se faz com escala, investimentos e conteúdos distintos. Foi por essa razão que em meu artigo (“Projeto Fome Zero”) disse que o projeto cometeu um erro clássico apontado na literatura de projetos, com uma enor-

me quantidade de objetivos complementares, que parecem um rol de ações possíveis, com velocidade de implantação extremamente diferenciada, mas não estabeleceu com clareza as prioridades e seu sequenciamento.

Em outro artigo que publiquei no número de março de 2003 relatei o programa Fome Zero com o conceito de capital humano (“O Conceito de Capital Humano e a Política Social do Governo Lula”). Hoje, revendo o artigo, pareceu-me mais interessante discutir o programa sob a ótica de *entitlement*, conceito apresentado por Amartya Sen, o que fiz no fim do artigo. Referi que o importante era verificar que as pessoas eram despossuídas, em alguns casos seria educação, em outros alimentação e em outros poderia ser acesso à água. Isso permitiria melhor focalizar o programa.

O último BIF do qual fui editor-chefe, o de maio de 2003, apresentava alguns artigos importantes. Chama nossa atenção verificar que esses

artigos se referiam a aspectos da realidade que se repetem: 2022 parece, em muitos aspectos, uma repetição de 2003. Por exemplo, este número continha um interessante artigo do Professor Celso Martone sobre o projeto de reforma tributária do governo Lula, dizendo que esse projeto era bom para o governo porque aumentava o seu comando sobre os recursos gerados pelo setor privado, a carga tributária deveria chegar a 40% do PIB, mas era mau para o País, pois comprometia o desenvolvimento econômico do Brasil, que já havia sido frustrante nas duas décadas anteriores.

Outro artigo do falecido Professor Henrique Rattner, “Por um desenvolvimento alternativo”, apontava para o problema, persistente em nosso País, de distribuição de renda, dizendo que com uma renda *per capita* (na época) de R\$10.000,00 por ano, um terço da população vivia com R\$2,00 (na época) por dia. Atualmente, as estatísticas do Banco Mundial mostram uma proporção signifi-

cativa de nossa população vivendo em pobreza extrema, e hoje, além de moradores de rua, observamos famílias moradoras de rua, mas muito desse problema foi causado pela pandemia e pelo desemprego decorrente. Mas o alerta do Professor Rattner sobre a necessidade de se discutir um novo paradigma de desenvolvimento continua atual.

(\*) Prof. Titular - FEA-USP.  
(E-mail: campino@usp.br).